



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

[www.tremembe.sp.gov.br](http://www.tremembe.sp.gov.br) | Tel. (12) 3607-1000 | [tremembe@tremembe.sp.gov.br](mailto:tremembe@tremembe.sp.gov.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

O edital poderá ser obtido via internet através dos sites [www.tremembe.sp.gov.br](http://www.tremembe.sp.gov.br) ou [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br) gratuitamente.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1.993 e atualizações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares 147, de 07 de outubro de 2014 e 155, de 27 de outubro de 2016; no que couber, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.293, de 05 de dezembro de 2007, Decreto Municipal nº 4.762, de 19 de junho de 2015 e Decreto Municipal nº 4.352, de 18 de abril de 2013.

Em quaisquer das menções às Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, ou outras Leis Federais, Estaduais, e do Município de Tremembé, entende-se, neste instrumento convocatório, que estão implícitas todas as alterações e regulamentações em vigor dessas mesmas leis, independente de expressa citação neste sentido, quando da indicação do texto legal.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 01 de julho de 2021.**

**HORÁRIO DE INÍCIO: 09:00h.**

**DA SESSÃO:** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias. A sessão será conduzida por Pregoeiro (a), auxiliado pela Equipe de Apoio, designados em Portaria constante do Processo em epígrafe, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias. ([www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br)).

**ESCLARECIMENTOS:** Pedido de esclarecimentos será apresentada em campo próprio, no sítio, [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br) opção **ESCLARECIMENTOS**, encaminhada à Autoridade Competente pelo certame, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a).

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório, devendo o interessado observar as datas e os horários limites previstos no presente



Prefeitura de  
**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

Integram este Edital os anexos:

**I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**II – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO;**

**III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**

**IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA;**

**V – DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO;**

**VI – PROPOSTA COMERCIAL;**

**VII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;**

**VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

**IX - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS PROPRIETÁRIOS, SERVIDOR OU DIRIGENTE OU ENTIDADE CONTRATANTE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO.**

### 1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

**1.1.** Trata-se de certame licitatório para **aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme especificado no termo de referência**, conforme termo de referência, para atender o Gabinete do Prefeito do Município de Tremembé.

**1.2.** A estimativa de consumo serve apenas como referência, e não vincula, em hipótese alguma, o consumo efetivo a ser realizado pela Contratante.

### 2. PARTICIPAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

**2.2.** Estão impedidos de participar de qualquer fase do presente processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes condições:

- a) Organizações Sociais;
- b) Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Empresas que se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra;
- d) Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

**2.2.1.** Empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, exceto empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93 e da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

**2.2.2.** Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município da Estância Turística de Tremembé.

**2.2.3.** Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

**2.2.4.** Possuam como servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## “PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**2.2.5.** Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

**2.2.6.** Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

**2.3.** É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

**2.4.** Cada licitante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.

**2.5.** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

**2.6.** A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

### 3. CREDENCIAMENTO

**3.1.** O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

**3.2.** A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no edital.

**3.3.** O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do artigo 5.º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2.002.

**3.4.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através de instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa Brasileira de Mercadorias ou pelo próprio site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br).

**3.5.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pelo site da Bolsa, que deverá manifestar, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**3.6.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**3.7.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

**3.8.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Brasileira de Mercadorias a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.9.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.10.** A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), deverá (ão) declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar 123/2.006





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar. No ato do envio da documentação deverá constar no envelope a Declaração do **ANEXO IV** deste Edital.

**3.10.1.** Caso a licitante não informe no momento adequado sua condição de ME/EPP, esta perderá o direito ao tratamento diferenciado assegurado por lei.

**3.11.** Em atendimento ao disposto no capítulo V da Lei Complementar n.º 123/2.006, serão observados os seguintes procedimentos:

**3.11.1.** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

**a)** a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão:

**b)** no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a", serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito:

**3.11.2.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 3.11.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

## 4. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

**4.1.** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**4.2.** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com valor total do lote, ou unitário.

**4.3.** O Licitante deverá apresentar Proposta de preços de acordo com as especificações constantes do **ANEXO I** Termo de Referência do Edital, sendo obrigatória a informação da Marca do objeto ofertado, vedada a utilização da palavra 'similar', ou de duas ou mais alternativas de marca dos materiais ofertados. A não inserção das especificações implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

**4.3.1.** Quando solicitado pelo Pregoeiro, a licitante deverá inserir Ficha Técnica dos produtos licitados, em campo próprio, no sistema [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br)

**4.4.** Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa

**4.5.** A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**4.6.** O preço ofertado é fixo e irrevogável, e nele deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital.

**4.7.** Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item (ns) de seu interesse.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## “PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

### 5. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**5.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**5.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**5.3.** O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.

**5.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.5.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à **proposta de menor preço por item** observada a redução mínima de **R\$ 0,01** (um centavo de real).

**5.6.** Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

**5.7.** Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances **não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante para o item alegando como motivo “erro de cotação”** ou qualquer outro equívoco da mesma natureza tais como **“erro de digitação”**. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.

**5.8.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**5.9.** No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

**5.10.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

**5.11.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por prorrogação automática, ou seja, se um participante oferecer lances nos minutos finais (2 min. 30 s.), o sistema prorrogará automaticamente o fechamento por mais alguns minutos, informando o “Dou-lhe uma”. Se ninguém der outro lance, o sistema informa “Dou-lhe duas”, em seguida a negociação é fechada. Entretanto, se algum licitante der um lance após o “Dou-lhe uma” ou “Dou-lhe duas”, o sistema é novamente reiniciado, assim como sua contagem. A negociação só é encerrada quando ninguém mais oferecer lances nos minutos finais. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes serão avisados via chat.

**5.12.** O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor, proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a)pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**5.13.** Quando for constatado o empate, conforme estabelece os art. 44 e 45 da LC 123/2.006, o (a)pregoeiro (a)aplicará os critérios para desempate em favor da ME/EPP/MEI. Após o desempate,





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## “PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

poderá o (a) pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

**5.14.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Aceito e habilitada à licitante será declarada vencedora.

**5.15.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**5.16.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do(a) Pregoeiro(a), será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

**5.17.** O (A) Pregoeiro(a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

**5.18.** Os pedidos de desclassificação que ocasionarem o retardamento da execução do objeto ou que por outra razão não mantiver a proposta poderão ser sancionados com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme regra o artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2.002.

**5.19.** Estarão excluídos da aplicação das penalidades do item **5.18** os fatos decorrentes de “caso fortuito” ou “força maior”. Na hipótese de incidência do caso é garantida a defesa prévia.

## 6. DA PROPOSTA ESCRITA

**6.1.** A Empresa vencedora deverá enviar a Proposta **ANEXO VI**, com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, número de agência e conta bancária em nome da empresa, email para envio da Autorização de Fornecimento, data e assinatura do Representante Legal da proponente, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados do encerramento da sessão pública virtual para o email: [licitacoes.educacao@tremembe.sp.gov.br](mailto:licitacoes.educacao@tremembe.sp.gov.br) e entregues no prazo de máximo de 03 (três) dias úteis em original, no Paço Municipal Vereador Renato Vargas, sito a Rua Sete de Setembro, 701, Centro, Tremembé/SP, CEP: 12.120-000.

## 7. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar a documentação contida neste edital, como segue:

### 7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

**7.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

**7.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais ou cooperativas e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

**7.1.3.** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**7.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Obs.:** Estará dispensado de apresentar os documentos relacionados no item 7.1, a proponente que apresentá-los no credenciamento.

### 7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

**7.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

**7.2.2.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e **INSS**, expedida pela Secretaria da Receita Federal.

**7.2.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (de acordo com a Resolução Conjunta SF- PGE nº 02 de 09 de maio de 2.013) por meio da respectiva Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com prazo de validade em vigor na forma da Lei.

**7.2.4.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade Municipal Mobiliária (notadamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN).

**7.2.5.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

**7.2.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da respectiva certidão negativa (CNDT), dentro de sua validade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Lei Federal 12.440/11;

**7.2.7.** Serão também aceitas, para os itens 7.2.2. a 7.2.6. , certidões positivas com efeitos de negativa ou certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

### 7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**7.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias.

**7.3.2.** Para empresas em processo de recuperação judicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, em atendimento à Súmula nº 50 do TCESP.

### 7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**7.4.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica, **com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do objeto da presente licitação.**

**7.4.2.** Cada atestado deve conter:

- Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail).
- Local e data de emissão.
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

d) Quantitativo legível dos itens do atestado, Caso não constem as informações acima citado no documento, sofrerá **DESCLASSIFICAÇÃO do certame**.

**7.4.3.** Caso referidos documentos **não** detalhem e **quantifiquem o fornecimento**, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (ais), sem prejuízo de eventual **título de diligência** nos termos dos itens 5.17 e 15.3 deste Edital.

### 7.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

**7.5.1.** Declaração do licitante, de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação da licitante, no presente certame, conforme o **ANEXO VIII** deste Edital.

**7.5.2.** Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme contido no **ANEXO V** deste Edital.

**7.5.3.** Declaração de que não possui entre seus proprietários, servidor ou dirigente ou entidade contratante responsável pela licitação, conforme contido no **ANEXO IX** deste Edital.

### 7.6. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**7.6.1.** Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados até a abertura da sessão pública (fim de recebimento das propostas), conforme previsto neste edital, contados da convocação do Pregoeiro, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) "pdf", "doc", "xls", "png" ou "jpg", observado o limite de 6MB para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br)

**7.6.2.** Fraqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 1 (uma) hora, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

**7.6.3.** O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação na forma preconizada no item 7.6.1 do edital, acarretará a desclassificação e/ ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas no presente instrumento convocatório, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou lance subsequente.

**7.6.4.** Caso haja necessidade, e havendo convocação por parte do Pregoeiro, os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante do item 7.6.1, deverão ser relacionados e apresentados no Departamento de Licitações e Contratos desta Municipalidade, sito a Rua Sete de Setembro 701, Centro, Tremembé, CEP: 12.120-000, **no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis** após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis e previstas no presente documento.

**7.6.4.1.** Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

**7.6.4.2.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP – Brasil, nos termos da Medida provisória nº 2200-2, de 24 de Agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**7.6.5.** A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

**7.6.6.** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.







# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**7.6.5.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**7.6.6.** Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**7.6.7.** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante.

**7.6.8.** O(A) Pregoeiro(a) ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

**7.6.9.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**7.6.10.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **sessão eletrônica**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.6.11.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/2.002.

**7.6.12.** Antes da emissão da nota de empenho, a PREFEITURA poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE vencedora do certame, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal (is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocadamente que o objeto apresentado no(s) atestado(s) foi (ram) efetivamente cumprido(s).

## 8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**8.1.** Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**8.1.1.** O pedido de esclarecimentos será apresentada em campo próprio, no sítio, [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br) opção **ESCLARECIMENTOS**, encaminhada à Autoridade Competente pelo certame, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a).

**8.1.2.** Resposta à petição será dada no prazo de 01 (um) dia útil.

**8.2.** Eventual impugnação deverá ser apresentada em campo próprio, no sítio, [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br) opção **IMPUGNAÇÃO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, localizada a Rua Sete de Setembro, 701, Centro, Tremembé, das 08:00 às 17:00 horas, endereçado ao Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos.

**8.2.2.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**8.3.** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

**8.4.** As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

**8.5.** Dos atos do (a) Pregoeiro (a) cabe recurso, devendo haver manifestação imediata, na própria sessão pública, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br)

**8.5.1.** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br) opção **RECURSO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, localizada a Rua Sete de Setembro, 701, Centro, Tremembé, das 08:00 às 17:00 horas, endereçado ao Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**8.5.2.** Na hipótese de interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente.

**8.5.3.** O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.6.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à autoridade competente homologar o certame e o pregoeiro poderá adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor, encaminhando posteriormente o processo para homologação pelo Sr. Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé.

**8.7.** Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de homologação do certame.

## 9. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**9.1.** Findo o processo licitatório, a licitante vencedor será convocada a assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta do **ANEXO III**, sendo os adjudicatários chamados via telefone ou por e-mail a celebrá-la em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do chamamento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal 8.666/93.

**9.2.** No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da mesma.

**9.3.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, improrrogáveis, contados de sua respectiva publicação.

**9.4.** A contratada se obriga dentro do prazo de **12 (doze) meses**, fornecer a manutenção sob garantia para os itens previstos no Manual do Fabricante, **quando for o caso**, além de prestar garantia contra defeito e vícios de fabricação, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, contados a partir do seu recebimento definitivo.

**9.5.** Consoante o que dispõe o artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/1.993, a Autorização de Fornecimento tem força de contrato, ficando dispensadas as partes da formalização de contrato específico.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**9.6.** O acompanhamento da execução da(s) respectiva(s) Ata(s) de Registro de Preços deverá ser fiscalizada por servidor ou servidores, designado(s) formalmente pela Secretaria de Educação, nos termos do Artigo 67º da Lei n.º 8.666/1.993, que deverá atestar o fornecimento dos itens registrados.

### 10. DA ORDEM DE ENTREGA

**10.1.** Entregas parceladas, conforme necessidades e condições de armazenamento do Setor.

**10.1.2.** A quantidade a ser entregue, será pedida pela Secretaria sempre por escrito, via e-mail ou ainda pessoalmente.

**10.2.** A Autorização de Fornecimento expedida indicará o nome da Empresa, o local da entrega de material, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a entregar o material no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.

**10.3.** A Autorização de Fornecimento será enviada ao fornecedor por meio de e-mail informado na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do fax e do e-mail informados em sua proposta comercial.

**10.4.** O licitante que convocado recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

**10.5.** O prazo máximo para a entrega dos materiais é de até **05 (cinco) dias úteis** contados da confirmação do recebimento da **Autorização de Fornecimento**.

**10.6.** O responsável pelo recebimento do material fará a conferência da respectiva nota fiscal eletrônica/DANFE podendo, se for o caso, recusá-la parcialmente ou totalmente, caso a mesma apresente discrepância ou não atenda às especificações descritas no termo de referência.

### 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1.** As despesas decorrentes da contratação futura onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros conforme Lei Orçamentária Anual (LOA 2.021), sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência da referida ata, na Ficha 171: 04.14.04.122.0019.2.019.339030.01.0000000.

### 12. FORMA DE PAGAMENTO

**12.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da respectiva entrega dos materiais, por meio de depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada. Para entrega do objeto deverá ser emitida a nota fiscal eletrônica, que deverá ser encaminhada para o e-mail a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

**12.2.** Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal eletrônica, será imediatamente solicitado ao contratado a pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

**12.2.1.** Caso a contratada não apresente a regularização no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua efetiva apresentação.

### 13. SANÇÕES

**13.1.** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Autorização para Fornecimento; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou desatender aos prazos constantes deste instrumento convocatório,





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar com essa Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas enumeradas abaixo e das demais cominações legais:

**13.2.** No caso de descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às regras sobre entrega do material, previstas no Edital e seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções administrativas, segundo a gravidade da falta cometida:

**I - Advertência por faltas leves**, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos;

**II - Multa moratória** de 0,1 % (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a mora identificada, até o limite máximo de 15% desse valor. Após 10 (dez) dias de mora, a Administração poderá optar pela manutenção da sanção de multa (até seu limite máximo) somada com a sanção de rescisão unilateral, com as penalidades daí decorrentes;

**III - Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a irregularidade apurada, no caso de inadimplemento total da obrigação ou, no caso de inadimplemento parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**IV - Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**V - Suspensão temporária de participar em licitação** e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

**VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR REGISTRADO ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

**13.3.** As sanções previstas na presente Cláusula não afastam eventuais outras sanções ou medidas administrativas previstas na legislação aplicável.

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando-se os procedimentos previstos nas Leis nº 8.666/93, e 10.520/02, e, subsidiariamente, os Decretos Municipais nº 4.352/2013 e 4.762/2015.

**13.5.** A autoridade competente, quando da aplicação e dosimetria das sanções, levará em consideração, na fixação do percentual da sanção aplicável, dentre os limites máximos e mínimos abstratamente previstos à hipótese, a gravidade e recorrência da conduta do infrator, a suficiência à reprimenda da infração, o oferecimento de risco ao usuário, o dano causado, bem como o caráter educativo/pedagógico da pena, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**13.6.** As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**13.7.** O pagamento dessas multas não exime a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Contratante.

**13.8.** As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de dez dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração e poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

**13.9.** Em caso de possível atraso na entrega do material por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final,





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## “PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 3 dias úteis.

**13.10.** As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como, as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município, disponível na página: [www.tremembe.sp.gov.br](http://www.tremembe.sp.gov.br) e encaminhadas via e-mail para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

### 14. DA PUBLICIDADE

**14.1.** O aviso desta licitação será publicado, de forma resumida, no Diário Oficial do Estado, Sessão dos Municípios e Imprensa Oficial do Eletrônico do Município, no endereço eletrônico: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>.

**14.2.** Os atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11.02.2.016 e, acessoriamente, no sítio *internet* da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br>, link <licitacoes>.

### 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

**15.1.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**15.2.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.3.** O (A) Pregoeiro(a), no interesse público, poderá sanar releva omisões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**15.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**15.5.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**15.6.** Não cabe à Bolsa Brasileira de Mercadorias qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**15.7.** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

**15.8.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**15.9.** A homologação do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial/>.





## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

### "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

[www.tremembe.sp.gov.br](http://www.tremembe.sp.gov.br) | Tel. (12) 3607-1000 | [tremembe@tremembe.sp.gov.br](mailto:tremembe@tremembe.sp.gov.br)

**15.10.** A presente licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**15.11.** Os casos omissos neste Edital poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

**15.12.** Será eleito o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, para dirimir toda e qualquer ação decorrente do presente certame, assim como ao cumprimento das obrigações dela decorrentes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estância Turística de Tremembé, 02 de junho de 2.021.

**CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

### TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

#### 1 – JUSTIFICATIVA

**1.1.** Os equipamentos fazem parte de material de proteção individual, destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador. Assim, os Equipamentos são de grande importância para preservar a integridade física dos empregados lotados nas Unidades.

**1.2.** Os quantitativos especificados foram estimados conforme o consumo do ano anterior de acordo com o relacionado na tabela abaixo.

#### 2 – DESCRIÇÃO DOS EPI'S

**2.1.** Os EPIs deverão estar de acordo com a **NR 6**, atender às especificações da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Previdência Social em vigor e no prazo de validade.

#### **2.2. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E QUANTIDADES ESTIMADAS**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1.	200	UNID.	AVENTAL DE RASPA AVENTAL DE RASPA, SEM EMENDA, TIRAS EM RASPAS E MEIA ARGOLA PARA AJUSTE NO PESCOÇO E CINTURA, COSTURADO COM LINHA DE ALGODÃO, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA PARTE FRONTAL DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE, USADO EM SOLDAGENS E PROTEÇÃO SIMILAR. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6.
2.	02	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 35 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
3.	04	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 36 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

4.	10	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 37 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
5.	20	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 38 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
6.	20	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 39 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
7.	30	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 40 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
8.	40	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 41 129,60000 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
9.	20	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 42 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
10.	08	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 43 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
11.	04	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 44 CONFCCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
12.	02	PAR	BOTA DE PVC CANO LONGO Nº 46 CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) - COM CABEDAL VULCANIZADO, CANO LONGO E SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008
13.	10	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 35 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
14.	30	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 36 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
15.	40	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 37 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
16.	50	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 38 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
17.	100	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 39 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
18.	200	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 40 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

19.	220	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 41 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
20.	100	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 42 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
21.	30	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 43 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
22.	30	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 44 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
23.	10	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA Nº 46 CONFECCIONADA EM COURO; COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, ABNT NBR ISO 20346: 2015 ABNT NBR ISO 20346: 2008.
24.	400	UNID.	CAPA DE CHUVA CAPA DE CHUVA DE SEGURANÇA, COR AMARELA, TAMANHO G E GG, CONFECCIONADA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA E CONTRA AGENTES METEOROLÓGICOS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6, BS EN 343:2003, A1: 2007 E BS 3546: 1974.
25.	200	UNID.	CAPACETE COM PROTETOR FACIAL CAPACETE COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, VISOR EM POLICARBONATO INCOLOR COM APROXIMADAMENTE 190 MM DE ALTURA E 250 MM DE LARGURA, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE DE MATERIAL PLÁSTICO PRETO



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			EM FORMA DE ARCO ATRAVÉS DE 3 PINOS PLÁSTICOS, E O ARCO FIXADO EM DUAS HASTES PLÁSTICAS, PRESAS EM DISPOSITIVO DE PLÁSTICO PRETO ATRAVÉS DE ENCAIXE, QUE POR SUA VEZ É ENCAIXADA NAS FENDAS LATERAIS DO CASCO DO CAPACETE, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6 E NORMA ANSI. Z.87.1/2003.
26.	200	UNID.	<b>CAPACETE DE SEGURANÇA</b> CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO ABA FRONTAL, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, COM NERVURA E REFORÇO NO CENTRO, INJETÁVEL EM COMPOSTO ESPECIAL DE POLIETILENO, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE. A ESTRUTURA DA CARNEIRA DEVE SER INJETADA EM MATERIAL MACIO E SEM REBARBAS. A REGULAGEM DA CARNEIRA DEVE SER FEITA ATRAVÉS DE CREMALHEIRA, DE FÁCIL REGULAGEM. CARNEIRA COM JUGULAR EM TECIDO OU ELÁSTICO, AJUSTÁVEL PARA USO E SUBSTITUIÇÃO, COMPATÍVEL COM O MODELO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA CONTRA IMPACTO E FERIMENTO CAUSADO PELA QUEDA DE MATERIAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6 E ABNT NBR 8221:2003 (EB 1132) DE4/2015.
27.	80	PEÇA	<b>CARTUCHO QUIMICO CONTRA VAPORES ORGANICOS E GASES ÁCIDO.</b> CARTUCHO QUÍMICO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, COMPOSTO DE RECIPIENTE PLÁSTICO CONTENDO CARVÃO ATIVADO TRATADO E ENCAIXE TIPO ROSCA PARA SER UTILIZADO COM RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE MANUTENÇÃO, REUTILIZÁVEL, PEÇA FACIAL INTEIRA, CLASSE 1 - VAPORES ORGÂNICOS. LACRADO E COM VALIDADE DE 5 ANOS APÓS A DATA DE ENTREGA. APÓS ABERTO O CARTUCHO DEVE SER SUBSTITUÍDO EM ATÉ 6 MESES OU QUANDO HOUVER SATURAÇÃO DO CARVÃO ATIVO (PERCEPTÍVEL PELO OLFATO). PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA AÇÃO DE VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS COM CONCENTRAÇÃO AMBIENTAL INFERIOR A 1.000PPM, TAIS COMO CLORO ATÉ 10 PPM, DIÓXIDO DE CLORO, ÁCIDO CLORÍDRICO ATÉ 50MPP, PINTURA EM SPRAY, PESTICIDAS, ACETONA, PETRÓLEO, PROPANO, ÁLCOOL, ETÍLICO, GLICOL, NAFTA, NICOTINA, OCTANA, MONOMETÍL, ÉTER, PIRIDINA, ÁLCOOIS MINERAIS, ESTIRENO E TOLOENO. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NR 6 E ABNT NBR 13696/ 1996.
28.	100	UNID.	<b>CHAPEU DE PALHA ABA LARGA</b> CHAPÉU DE PALHA, ABA LARGA, ACABAMENTONA BORDA PARA NÃO DESFIAR, TAMANHO ÚNICO, DIÂMETRO DE 44 CM, PARA PROTEÇÃO CONTRA O SOL E SERENO.
29.	100	UNID.	<b>CINTO PARA ROÇADEIRA</b>



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			CINTO PARA ROÇADEIRA, DUPLO COSTAL, PARA ROÇADEIRA FS 220. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA.
30.	50	UNID.	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA, CONFECCIONADO EM CADARÇO DE POLIAMIDA (NYLON) E POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, CINTA SUBPÉLVICA, 3 ARGOLAS "D" SENDO 1 DORSAL E 2 PARA POSICIONAMENTO NAS LATERAIS DA CINTURA, REGULAGEM DE CINTURA, COXA E PEITORAL E FIVELAS DE AJUSTE RÁPIDO. TALABARTE DE POSICIONAMENTO EM CORDA POLIAMIDA DE 16MM DE DIÂMETRO E 2M DE COMPRIMENTO, COM SISTEMA AUTO BLOCANTE DE REGULAGEM EM AÇO INOX E LIGA DE ALUMÍNIO, COM EMPUNHADURA E PROTETOR DE CORDA CONTRA CANTOS VIVOS, COM MOSQUETÃO OVAL DE TRAVA ROSCA NO SISTEMA BLOCANTE E UM MOSQUETÃO DE 19MM DUPLA TRAVA EM OUTRA EXTREMIDADE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA.
31.	150	PAR	LUVA DE RASPA CANO CURTO LUVA DE RASPA CANO CURTO CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO EXTERNO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, REFORÇO INTERNO NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, PUNHO DE 7 CM, INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À EN 388: 2003 OU ALTERAÇÃO POSTERIOR.
32.	150	PAR	LUVA DE RASPA CANO LONGO LUVA DE RASPA CANO LONGO, CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO EXTERNO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, REFORÇO INTERNO NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, PUNHO DE 18 CM, INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À EN 388: 2003 OU ALTERAÇÃO POSTERIOR.
33.	10	PAR	LUVA DE SEGURANÇA, BORRACHA ISOLANTE CLASSE 00, TIPO II, TAMANHO 11(G). LUVA ISOLANTE DE BORRACHA NATURAL, TAMANHO G, PARA SERVIÇO ELÉTRICO EM ATÉ 500 VOLTS, TIPO II, CLASSE 00. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, NÚMERO DO C.A. E SELO DO INMETRO.
34.	1500	PAR	LUVA EM BORRACHA NITRILICA PAR 1.500,0000 9,27000 LUVA COM BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, QUE GARANTA EXCELENTE PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E BOA RESISTÊNCIA ABRASIVA, INTERIOR EM ALGODÃO FELPUDO, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO MALHA COM ELÁSTICO AJUSTÁVEL QUE EVITE A ENTRADA DE



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			RESÍDUOS SÓLIDOS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6 E EM 388/2003
35.	100	CX	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO G, CONFECCIONADA EM LÁTEX, DE BOA SENSIBILIDADE TÁTIL, ANTIDERRAPANTE, SEM FALHAS, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, HIPOALÉRGICA, ISENTA DE LUBRIFICAÇÃO, PUNHO LONGO, COM BAINHA, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES COM DADOS DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO C.A. DEVERÁ APRESENTAR LAUDO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DA NBR 13392.
36.	150	PAR	LUVA TIPO VAQUETA PAR 150,0000 9,99000 LUVA CONFECCIONADA EM VAQUETA, TIPO PETROLEIRA, REFORÇO EXTERNO DE COSTURA EM VAQUETA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, E ENTRE O DEDO MÉDIO E ANELAR, REFORÇO INTERNO NA PALMA, COM ELÁSTICO NO DORSO PARA AJUSTE, ACABAMENTO EM VIÉS NO PUNHO. INDICADA PARA SERVIÇOS QUE REQUEIRAM PROTEÇÃO COM MAIOR TATO NO MANUSEIO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E OUTROS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6 E EN 388/2003.
37.	150	PAR	LUVA TIPO VAQUETA MISTA LUVA MISTA CONFECCIONADA EM VAQUETA E RASPA, TIPO PETROLEIRA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, COM ELÁSTICO NO DORSO PARA AJUSTE E ACABAMENTO EM VIÉS NO PUNHO. INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6 E EM 388/2003.
38.	1000	UNID.	MASCARA DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, USO HOSPITALAR, ATÓXICA, HIPOALÉRGICA, 100% POLIÉSTER, NÃO ESTÉRIL, NÃO INFLAMÁVEL, SEM LÁTEX, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
39.	10	UNID.	MASCARA CELERON PARA SOLDA - MASCARA DE SEGURANÇA COMPOSTA DE ESCUDO PRESO A CARNEIRA ATRAVÉS DE 2 PARAFUSOS PLÁSTICOS, CONFECCIONADO EM CELERON, CARNEIRA EM PLÁSTICO COM REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES OU ATRAVÉS DE CATRACA COM VISOR ARTICULADO, FILTRO DE LUZ CONFECCIONADO EM VIDRO DE TONALIDADE DE 10 A 14, PLACAS DE COBERTURA E DE SEGURANÇA CONFECCIONADAS EM VIDRO TRANSPARENTE QUE SÃO FIXADAS AO VISOR ATRAVÉS DE UMA MOLA PLÁSTICA ENCAIXADA EM FENDAS INTERNAS DO VISOR. INDICADA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS E RADIAÇÕES PROVENIENTES DE SERVIÇO DE SOLDAGEM. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			ANEXO I, ITEM B-3, IMPACTO DE PARTÍCULAS, E ANSI.Z.87.1-2003 OU ALTERAÇÃO POSTERIOR.
40.	100	UNID.	ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTES ANTI-EMBAÇANTES E ANTI-RISCOS FUMÊ, PROTEÇÃO LATERAL, ARMAÇÃO EM POLICARBONATO NYLON, COM CORDÃO DE SEGURANÇA, HASTE REGULÁVEL, COR PRETA. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA.
41.	100	UNID.	ÓCULOS DE SEGURANÇA DE SOBREPOR ÓCULOS DE SEGURANÇA DE SOBREPOSIÇÃO, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADO EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM MEIA BORDA SUPERIOR E LATERAL, HASTES AJUSTÁVEIS TIPO ESPÁTULA COM TRAVA NAS ORELHAS. INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS. IDEAL PARA SER USADO SOBREPOSTO A ÓCULOS DE PRESCRIÇÃO ("ÓCULOS DE GRAU"). DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6 E ANSI. Z.87.1/2003 IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES, RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA, RADIAÇÃO INFRAVERMELHA, LUMINOSIDADE INTENSA.
42.	200	UNID.	ÓCULOS PROTECAO TRANSPARENTE ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE, CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO MODELO CONVENCIONAL DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, LENTES DE POLICARBONATO INCOLOR E HASTES TIPO ESPÁTULA FORMADA POR UM SUPORTE CONFECCIONADO DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO COM 3 FENDAS PARA VENTILAÇÃO INDIRETA, QUE POSSUI DOIS PINOS, UM EM CADA EXTREMIDADE QUE SE ENCAIXA EM ORIFÍCIOS EXISTENTES NA EXTREMIDADE DA ARMAÇÃO, UMA SEMI-HASTE VAZADA, CONFECCIONADA DE MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, COM UMA DAS EXTREMIDADES FIXADA AO SUPORTE DESCRITO ANTERIORMENTE POR MEIO DE PINOS PLÁSTICOS, E OUTRA SEMI-HASTE DE MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL QUE SE ENCAIXA NA OUTRA EXTREMIDADE DA SEMI-HASTE ANTERIOR E QUE PERMITE O AJUSTE DE TAMANHO. INDICADA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6, ANSI Z87. 1: 1889 E ANSI Z87 1 : 2003.
43.	100	PAR	PERNEIRA CONFECCIONADA EM COURO SINTÉTICO OU BIDIM, COM CAMADAS DE 1,0MM, 3 HASTES DE PROLIPROPILENO INJETADO, COSTURA ELETRÔNICA, PROTEÇÃO TOTAL DO METATARSO, TAMANHO ÚNICO. INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES DO USUÁRIO CONTRA LESÕES PROVOCADAS POR MATERIAIS OU OBJETOS CORTANTES, PARTÍCULAS VOLANTES, ESCORIANTE, PERFURANTES, PICADAS DE ANIMAIS PEÇONHENTOS, E NÉVOAS NA APLICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6.



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

44.	200	UNID.	PROTETOR AURICULAR (ABAFADOR) TIPO CONCHA PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA, TAMANHO ÚNICO, 10 REGULAGENS, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS DE PLÁSTICO, ALMOFADAS DE ESPUMA EM SUAS LATERAIS E EM SEU INTERIOR, HASTE EM PLÁSTICO RÍGIDO ALMOFADADO EM METAL QUE MANTÉM AS CONCHAS FIRMEMENTES SELADAS CONTRA A REGIÃO DAS ORELHAS DO USUÁRIO E QUE SUSTENTA AS CONCHAS. INDICADO PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR 15. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NORMA ANSI S 3.19-1974 ANSI S12. 6 - 1984, ANSI S 12.6- 1997 - PARTES A E B E ISO 48169 - 1: 1990 (EN - 24869 - 1: 1992).
45.	200	UNID.	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG, INSERÇÃO PRÉ-MOLDADA, CONFECCIONADO EM SILICONE, NO FORMATO CÔNICO, 3 FLANGES CONCÊNTRICOS, DIÂMETRO VARIÁVEL, CONTENDO UM ORIFÍCIO EM SEU INTERIOR QUE TORNA O EQUIPAMENTO MACIO E FACILMENTE ADAPTÁVEL AO CANAL AUDITIVO, TAMANHO ÚNICO, CAIXA PLÁSTICA COM CLIPE, CORDÕES EM DIVERSAS OPÇÕES DE CORES. INDICADO PARA PROTEÇÃO AUDITIVA DO USUÁRIO CONTRA RUÍDOS SUPERIORES A 85 DB. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6, NR 15, EN 420:2003 E EN 388:2003 OU ALTERAÇÃO POSTERIOR PORTARIA SIT/ DSST Nº452 DE 20/11/2014.
46.	200	UNID.	PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA, COM ACOPLAMENTO EM CAPACETE, CONSTITUÍDO DE CARNEIRA EM PLÁSTICO AJUSTÁVEL E VISEIRA TRANSPARENTE INCOLOR COM APROXIMADAMENTE 195MM DE LARGURA E 200 MM DE ALTURA, E VISOR PRESO À COROA. INDICADO PARA PROTEÇÃO DA FACE DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS, ESMIRILHAMENTO E FURAÇÃO. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6 E ANSI. Z.87.1/2003.
47.	400	UNID.	PROTETOR SOLAR FPS MÍNIMO 30, ALTA PROTEÇÃO DA PELE CONTRA OS EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, COM REPELENTE PARA INSETOS DE LONGA DURAÇÃO, AÇÃO HIDRATANTE, RÁPIDA ABSORÇÃO, TEXTURA LEVE SEM CORANTE, EMBALAGEM PLÁSTICA RÍGIDA COM 120 ML, PARA USO EM TRABALHO A CÉU ABERTO, COM REGISTRO NA ANVISA.
48.	50	UNID.	RESPIRADOR SEMI-FACIAL, COM 2 CARTUCHOS, 2 VÁLVULAS DE EXALAÇÃO E 2 ENTRADAS PARA OS CARTUCHOS, ARANHA DE 4 PONTAS COM ELÁSTICO SUPERIOR E INFERIOR COM REGULAGEM E SUPORTE PARA A CABEÇA, CORPO COM BORDAS VIRADAS E QUEIXEIRA INTERNA. INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA PARTÍCULAS E UMA GRANDE VARIEDADE DE GASES E VAPORES COMO: FUMO, GASES, NEVOA NEBLINAS OU SPRAY. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER A NR 6, NBR 13694, NBR 13696 E NBR 13697.
49.	02	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA Nº 35 SAPATO DE SEGURANÇA, FEMININO, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 35, COM ELÁSTICO LATERAL, EM VAQUETA, PALMILHA INTERNA. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E OU OBJETOS PESADOS E EM ÁREAS DE RISCO EM QUE EXISTE INFLUENCIA DE ELETRICIDADE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6, NBR 20345, NBR ISSO 20346:2015, NBR ISO 20346:2008
50.	02	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA Nº 36 SAPATO DE SEGURANÇA, FEMININO, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 36, COM ELÁSTICO LATERAL, EM VAQUETA, PALMILHA INTERNA. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E OU OBJETOS PESADOS E EM ÁREAS DE RISCO EM QUE EXISTE INFLUENCIA DE ELETRICIDADE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6, NBR 20345, NBR ISSO 20346:2015, NBR ISO 20346:2008.
51.	02	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA Nº 37 SAPATO DE SEGURANÇA, FEMININO, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 37, COM ELÁSTICO LATERAL, EM VAQUETA, PALMILHA INTERNA. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E OU OBJETOS PESADOS E EM ÁREAS DE RISCO EM QUE EXISTE INFLUENCIA DE ELETRICIDADE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6, NBR 20345, NBR ISSO 20346:2015, NBR ISO 20346:2008.
52.	02	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA Nº 38 SAPATO DE SEGURANÇA, FEMININO, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 38, COM ELÁSTICO LATERAL, EM VAQUETA, PALMILHA INTERNA. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E OU OBJETOS PESADOS E EM ÁREA DE RISCO EM QUE EXISTE INFLUENCIA DE ELETRICIDADE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6, NBR 20345, NBR ISSO 20346:2015, NBR ISO 20346:2008.
53.	02	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA Nº 39 SAPATO DE SEGURANÇA FEMININO, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 39, COM ELÁSTICO LATERAL, EM VAQUETA, PALMILHA INTERNA. INDICADO PARA



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E OU OBJETOS PESADOS E EM ÁREAS DE RISCO EM QUE EXISTE INFLUENCIA DE ELETRICIDADE. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6 , NBR 20345, NBR ISSO 20346:2015, NBR ISO 20346:2008.
54.	10	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 35 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 35, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
55.	10	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 36 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 36, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
56.	20	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 37 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 37, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
57.	25	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 38 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 38, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
58.	30	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 39 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº 39, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
59.	30	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 40 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº40, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
60.	44	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 41 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº41, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
61.	20	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 42 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº42, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.
62.	08	PAR	TENIS DE SEGURANÇA Nº 43 TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº43, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO,



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			<p>PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.</p>
63.	08	PAR	<p>TENIS DE SEGURANÇA Nº 44</p> <p>TÊNIS DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA, COR PRETA, Nº44, COM CADARÇO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFULGADA CURTIDA AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL, PALMILHA DE CONFORTO ANTIFUNGO E ANTIBACTERIA SEM COMPONENTES METÁLICOS. INDICADO PARA PROPORCIONAR CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS EM QUE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 6.</p>
64.	08	CJT	<p>UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA TAM G.</p> <p>UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA, TAMANHO G, COM PROTEÇÃO DE RISCO 2, PROTEÇÃO CONTRA FOGO REPENTINO E ARCO ELÉTRICO, CONFECCIONADO COM TECIDO RETARDANTE À CHAMA, 100% ALGODÃO, 270 G/M<sup>2</sup>, 8OZ. CAMISA MANGA LONGA COM ABERTURA FRONTAL, FECHAMENTO COM BOTÕES ANTI-CHAMA E PALA PROTETORA, GOLA COLARINHO ESPORTE COM PÉ DE GOLA, PUNHO COM CARCELA E BOTÃO FAIXA REFLETIVA IGUAL À CALÇA DE 5CM NO TRONCO E MANGAS BOLSO FRONTAL DO LADO DIREITO, IDENTIFICAÇÃO DO EPI RISCO EATPV BORDADOS. CALÇA DE CÓS COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO CASEADO COM 7 PASSANTES, 2 BOLSOS FRONTAIS E 2 BOLSOS NA TRASEIRA COM FECHAMENTO POR VELCRO, FITAS REFLETIVAS APLICADAS A CADA PERNA NA ALTURA DO INÍCIO DA PANTURRILHA FRENTE E COSTA. CONJUNTO NA COR CINZA. UMA FAIXA REFLETIVA DE 5 CM PRATEADA ENTRE DUAS FAIXAS DE 2,5 CM LARANJA FLUORESCENTE, 100% POLIÉSTER E O FLUORESCENTE 83% POLIÉSTER E 17% ALGODÃO. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 10.</p>
65.	05	CJT	<p>UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA TAM GG.</p> <p>UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA, TAMANHO GG, COM PROTEÇÃO DE RISCO 2, PROTEÇÃO CONTRA FOGO REPENTINO E ARCO ELÉTRICO, CONFECCIONADO COM TECIDO RETARDANTE À CHAMA, 100% ALGODÃO, 270 G/M<sup>2</sup>, 8OZ. CAMISA MANGA LONGA COM ABERTURA FRONTAL, FECHAMENTO COM BOTÕES ANTI-CHAMA E PALA PROTETORA, GOLA COLARINHO ESPORTE COM PÉ DE GOLA, PUNHO COM CARCELA E BOTÃO, FAIXA REFLETIVA IGUAL À CALÇA DE 5CM NO TRONCO E MANGAS, BOLSO FRONTAL DO LADO DIREITO, IDENTIFICAÇÃO DO EPI, RISCO EATPV BORDADOS. CALÇA DE CÓS COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO CASEADO</p>





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

			<p>COM 7 PASSANTES, 2 BOLSOS FRONTAIS E 2 BOLSOS NA TRASEIRA COM FECHAMENTO POR VELCRO, FITAS REFLETIVAS APLICADAS A CADA PERNA NA ALTURA DO INÍCIO DA PANTURRILHA FRENTE E COSTA. CONJUNTO NA COR CINZA. UMA FAIXA REFLETIVA DE 5 CM PRATEADA ENTRE DUAS FAIXAS DE 2,5 CM LARANJA FLUORESCENTE, 100% POLIÉSTER E O FLUORESCENTE 83% POLIÉSTER E 17% ALGODÃO. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 10.</p>
66.	12	CJT	<p>UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA TAM M. UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA, TAMANHO M, COM PROTEÇÃO DE RISCO 2, PROTEÇÃO CONTRA FOGO REPENTINO E ARCO ELÉTRICO, CONFECCIONADO COM TECIDO RETARDANTE À CHAMA, 100% ALGODÃO, 270 G/M<sup>2</sup>, 8OZ. CAMISA MANGA LONGA COM ABERTURA FRONTAL, FECHAMENTO COM BOTÕES ANTI-CHAMA E PALA PROTETORA, GOLA COLARINHO ESPORTE COM PÉ DE GOLA, PUNHO COM CARCELA E BOTÃO, FAIXA REFLETIVA IGUAL À CALÇA DE 5CM NO TRONCO E MANGAS, BOLSO FRONTAL DO LADO DIREITO, IDENTIFICAÇÃO DO EPI, RISCO EATPV BORDADOS. CALÇA DE CÓS COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO CASEADO COM 7 PASSANTES, 2 BOLSOS FRONTAIS E 2 BOLSOS NA TRASEIRA COM FECHAMENTO POR VELCRO, FITAS REFLETIVAS APLICADAS A CADA PERNA NA ALTURA DO INÍCIO DA PANTURRILHA FRENTE E COSTA. CONJUNTO NA COR CINZA. UMA FAIXA REFLETIVA DE 5 CM PRATEADA ENTRE DUAS FAIXAS DE 2,5 CM LARANJA FLUORESCENTE, 100% POLIÉSTER E O FLUORESCENTE 83% POLIÉSTER E 17% ALGODÃO. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 10.</p>
67.	05	CJT	<p>UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA TAM P. UNIFORME DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA, TAMANHO P, COM PROTEÇÃO DE RISCO DOIS, PROTEÇÃO CONTRA FOGO REPENTINO E ARCO ELÉTRICO, CONFECCIONADO COM TECIDO RETARDANTE À CHAMA, 100% ALGODÃO, 270 G/M<sup>2</sup>, 8OZ. CAMISA MANGA LONGA COM ABERTURA FRONTAL, FECHAMENTO COM BOTÕES ANTI-CHAMA E PALA PROTETORA, GOLA COLARINHO ESPORTE COM PÉ DE GOLA, PUNHO COM CARCELA E BOTÃO, FAIXA REFLETIVA IGUAL À CALÇA DE 5CM NO TRONCO E MANGAS, BOLSO FRONTAL DO LADO DIREITO, IDENTIFICAÇÃO DO EPI, RISCO EATPV BORDADOS. CALÇA DE CÓS COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO CASEADO COM 7 PASSANTES, 2 BOLSOS FRONTAIS E 2 BOLSOS NA TRASEIRA COM FECHAMENTO POR VELCRO, FITAS REFLETIVAS APLICADAS A CADA PERNA NA ALTURA DO INÍCIO DA PANTURRILHA FRENTE E COSTA. CONJUNTO NA COR CINZA. UMA FAIXA REFLETIVA DE 5 CM PRATEADA ENTRE DUAS FAIXAS DE 2,5 CM LARANJA FLUORESCENTE, 100% POLIÉSTER E O FLUORESCENTE 83% POLIÉSTER E 17% ALGODÃO. DEVE APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA, E O NÚMERO DO CA. DEVE ATENDER À NORMA NR 10.</p>



Prefeitura de

**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

### 3 – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

**3.1.** A entrega dos produtos deve ocorrer em até 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

**3.2.** O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

**3.3.** As entregas do objeto desta licitação deverão ser realizadas no Almoxarifado Central, localizado na Av. Audrá, nº 506, centro, no município de Tremembé / SP, de acordo com a solicitação de fornecimento, correndo por conta exclusiva da licitante os custos de transporte, frete, carregamento e descarregamento na forma necessária. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

### 4 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

**4.1.** Os produtos serão recebidos:

**4.3.1.1.** Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da nota fiscal e das embalagens, em confronto com a respectiva Autorização de Fornecimento;

**4.3.1.2.** Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

**4.3.1.3.** O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pela Prefeitura de Tremembé não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

### 5 - DAS GARANTIAS:

**5.1.** Garantia do produto: de 90 (noventa) dias (produtos duráveis) e de acordo com a garantia do fabricante, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

### 6 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**6.1** As despesas decorrentes da contratação futura onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros conforme Lei Orçamentária Anual (LOA 2.021), sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência da referida ata: Ficha 171: 04.14.04.122.0019.2.019.339030.01.0000000.

Tremembé, 02 de junho de 2021.

**Plínio Xavier Lopes Neto**  
Secretário de Administração



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

### ANEXO II DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_(nome completo), RG nº \_\_\_\_\_, representante legal da \_\_\_\_\_(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021**, realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal (RG E CPF)  
CARIMBO EMPRESA





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

### ANEXO III

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 46.638.714/001-20 com sede na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Tremembé/SP, CEP 12.120-000, devidamente representada por seu Prefeito, Sr. **Clemente Antonio de Lima Neto**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 19.21.848-1-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 085.190.158-16, doravante designada **PREFEITURA**, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu estatuto social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para **Registro de Preços nº 59/2021**, nos termos das Leis 8.666/1.993 e 10.520/2.002, dos Decretos Municipais nº 4.352/2.013 e 4.672/2015, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

**DETENTORA:**.....representado por .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

**1.1. Características da detentora:** Denominação....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº....., com inscrição estadual nº....., sediada na .....na cidade de....., no Estado.....CEP:....., telefone: (....) ....., e-mail:.....

#### 1.2. Descrição dos Itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DA ENTREGA DOS MATERIAIS

**2.1.** Entregas parceladas, conforme necessidades e condições de armazenamento dos materiais no Setor e as condições conforme Termo de Referência no **ANEXO I**.

**2.2.** A Autorização de Fornecimento expedida após a assinatura da Ata de Registro de Preços indicará o nome da Empresa, o local da entrega dos itens, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a entregar os itens no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## “PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**2.2.1.** A Autorização de Fornecimento será enviada ao fornecedor por meio de e-mail informado na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do e-mail informados em sua proposta comercial.

**2.3.** O prestador dos itens que, convocado, recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

**2.4.** O prazo máximo para a entrega dos itens é conforme termo de referência contados da confirmação do recebimento da **Autorização de Fornecimento**.

**2.5.** Os itens serão entregues conforme estabelecido no Termo de Referência, no local indicado na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada todas as despesas decorrentes do mesmo.

**2.6.** A contratação com licitante registrado, após indicação pelo Órgão Gerenciador do Registro de Preços, será formalizada por intermédio de Ata de Registro de Preços, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra, Autorização de Fornecimento ou outro similar, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/1.993.

**2.7.** A nota fiscal deverá conter a indicação do número do empenho e do presente Pregão, devendo ser aprovada pela Secretaria responsável, juntamente com o relatório dos itens fornecidos no período a que se referir.

**2.8.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 4.1 desta Minuta De Ata De Registro De Preços começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal, sem incorreções.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

**3.1.** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contados de sua respectiva publicação.

### CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

**4.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (dias) dias a partir do recebimento da respectiva entrega dos itens, por meio de depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada. Para entrega do objeto deverá ser emitida a nota fiscal eletrônica, que deverá ser encaminhada para o e-mail a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

**4.2.** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitado ao contratado a pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

**4.2.1.** Caso a contratada não apresente a regularização no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua efetiva apresentação.

### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

**5.1.** Entregar, nas condições previstas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021** e nesta Ata, os itens de objeto deste ajuste.

**5.2.** Substituir no prazo ajustado, após notificação, o (s) serviço (s) recusado (s).

**5.3.** Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

**5.4.** Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- 6.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- 6.2. Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.
- 6.3. Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega dos itens.
- 6.4. Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade na entrega dos itens.
- 6.5. Fiscalizar a execução dos serviços contratados, a fim de verificar se estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos em contrato e no instrumento convocatório.

6.5.1. Indicar a servidor (a) Renan de Plínio Xavier Lopes Neto (a) da Ata de Registro, e o responsável pela fiscalização da Ata de Registro o (a) servidor (a) Sidemir Almeida Nunes, para fins do disposto no artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/1.993.

### CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

7.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Autorização para Fornecimento; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou desatender aos prazos constantes deste instrumento convocatório, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar com essa Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas enumeradas abaixo e das demais cominações legais:

7.2. No caso de descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às regras sobre entrega do material, previstas no Edital e seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções administrativas, segundo a gravidade da falta cometida:

**I - Advertência por faltas leves**, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos;

**II - Multa moratória** de 0,1 % (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a mora identificada, até o limite máximo de 15% desse valor. Após 10 (dez) dias de mora, a Administração poderá optar pela manutenção da sanção de multa (até seu limite máximo) somada com a sanção de rescisão unilateral, com as penalidades daí decorrentes;

**III - Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a irregularidade apurada, no caso de inadimplemento total da obrigação ou, no caso de inadimplemento parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**IV - Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**V - Suspensão temporária de participar em licitação** e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

**VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR REGISTRADO ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

7.3. As sanções previstas na presente Cláusula não afastam eventuais outras sanções ou medidas administrativas previstas na legislação aplicável.

7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando-se os





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## “PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

procedimentos previstos nas Leis nº 8.666/93, e 10.520/02, e, subsidiariamente, os Decretos Municipais nº 4.352/2013 e 4.672/2015.

**7.5.** A autoridade competente, quando da aplicação e dosimetria das sanções, levará em consideração, na fixação do percentual da sanção aplicável, dentre os limites máximos e mínimos abstratamente previstos à hipótese, a gravidade e recorrência da conduta do infrator, a suficiência à reprimenda da infração, o oferecimento de risco ao usuário, o dano causado, bem como o caráter educativo/pedagógico da pena, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**7.6.** As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**7.7.** O pagamento dessas multas não exige a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Contratante.

**7.8.** As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de dez dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração e poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

**7.9.** Em caso de possível atraso na entrega do material por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 3 dias úteis.

**7.10.** As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como, as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município, disponível na página: [www.tremembe.sp.gov.br](http://www.tremembe.sp.gov.br) e encaminhadas via e-mail para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

### CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

**8.1.** Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**, com seus Anexos e a proposta da DETENTORA.

**8.2.** A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

### CLÁUSULA NONA – FORO

**9.1.** O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**9.2.** Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Estância Turística de Tremembé, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2.021.

**CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**DETENTORA**



Prefeitura de  
**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2.021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL ou COOPERATIVA

**DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_ é (**microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou cooperativa**), nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006 e do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2.007**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021**, realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé.

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal (RG E CPF)

CARIMBO EMPRESA





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2.021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

### ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021**, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, declaro, sob as penas da lei, que a \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e **não possui**, em seu quadro de pessoal, empregado com **menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854 de 27/10/1.999.

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal (RG E CPF)

CARIMBO EMPRESA





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

### ANEXO VI PROPOSTA COMERCIAL

#### DADOS DA EMPRESA LICITANTE:

Nome da

Proponente: \_\_\_\_\_

Razão social: \_\_\_\_\_ CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_ Agência nº: \_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_ E-mail pessoal (ou representante): \_\_\_\_\_

E-mail pessoal dos sócios: \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						

Validade da proposta (não inferior a 60 dias): \_\_\_\_\_

Prazo de entrega: Conforme Edital e Termo de Referência.

#### DECLARAÇÕES:

**1 - Declaro que os preços cotados não sofrerão qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, e já estão incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021.**

**2 - Declaro que aceito todas as exigências do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021 e de seus Anexos.**

**3 - "Declaramos estar de pleno acordo com as normas deste edital de Pregão, bem como cientes quanto aos termos da Lei Federal nº 10.520, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1.993 e atualizações posteriores, da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.293, de 05 de dezembro de 2.007 e Decreto Municipal nº 3.089 de dezembro de 2.005, e que tomamos ciência de todos os documentos e informações referentes a este procedimento licitatório, em especial as especificações dos materiais ora licitados".**

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal (RG E CPF)  
CARIMBO EMPRESA



Prefeitura de  
**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

### ANEXO VII

#### TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (\*) Rodrigo Cardoso OAB/SP nº 244.685

e-mail: [rodrigocardoso.adv@hotmail.com](mailto:rodrigocardoso.adv@hotmail.com)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020,
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Tremembé, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.



Prefeitura de  
**TREMEMBÉ**



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela Contratada:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

### **ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

#### **DECLARAÇÃO**

**DECLARO**, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente certame **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021**, ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores, na forma do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1.993 e alterações.

Local, data.

---

Representante Legal (RG E CPF)  
CARIMBO EMPRESA



Prefeitura de  
**TREMEMBÉ**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

## "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000  
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59.1/2021**

**PROCESSO INTERNO Nº 2.771/2021**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS PROPRIETÁRIOS, SERVIDOR OU DIRIGENTE OU ENTIDADE CONTRATANTE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO**

### DECLARAÇÃO

**DECLARO**, para os devidos fins que não possui entre seus proprietários, diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, no âmbito da Administração Pública Municipal de Tremembé.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO

